

PALESTRA

Prof. Pasquale PETRONE

Creio que a primeira coisa que devo fazer é, de coração, agradecer à Liliana, à Dilú, ao Nelson, à Léa, ao João Batista, pelo que disseram há pouco. A verdade é que eles exageraram. Paciência. Se vocês retirarem a margem grande de exageros, naturalmente chegaremos ao equilíbrio das coisas. Mas, com ou sem exageros, agradeço, de coração. Os exageros constituem os frutos da amizade, tenho absoluta certeza disso. O meu muito obrigado a eles.

Quero agradecer à AGB, por esta iniciativa. Devo confessar que quando o Prof. Dieter telefonou-me para comunicar-me a realização desta reunião, na verdade não tinha conhecimento de seu caráter. Foi uma gratíssima surpresa.

Agradeço à AGB, de muito boas lembranças. Tive uma vida muito intensa relacionada com essa entidade, creio que nela ocupei tudo que é cargo possível e imaginável, inclusive por mais de uma vez. A AGB é decididamente uma parte de minha vida. Quero também agradecer ao Prof. Dieter pessoalmente. Na verdade confesso que o conhecia muito pouco; felizmente nunca é tarde para se conhecer as pessoas, com aura positiva. Quero também agradecer evidentemente a vocês todos que, suportando o trânsito de São Paulo, e suportando o calor do dia, decidiram vir para participar desta reunião, apenas porque estou completando 70 anos de idade. Quero também agradecer a todos porque depois de muito tempo me foi ofereci-

Pasquale Petrone

da a oportunidade de retornar a este prédio. Dele conservo muitíssimas lembranças, gratas lembranças. Permitam-me referir-me a três episódios apenas.

O primeiro episódio refere-se a uma passeata de estudantes saídos da Praça da República, do edifício da Caetano de Campos, passeata que atravessou o Viaduto do Chá, contornou a Praça do Patriarca, retornou pela Rua da Consolação e veio bater na Rua Maria Antônia, até o então edifício da Reitoria da Universidade de São Paulo, sempre com muita gritaria ritmando palavras de ordem, reivindicando um prédio próprio para a Faculdade de Filosofia. Até então a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas distribuía-se por diversas partes da cidade, a exemplo das instalações da Rua Alfredo Ellis e da Alameda Gleite, além de ocupar por empréstimo o terceiro pavimento da Escola Caetano de Campos. Realmente foi a partir da passeata que se acenou e que se definiram as condições que permitiram a concretização da passagem daquele edifício para a Faculdade de Filosofia. Na passeata, e frente ao então edifício da Reitoria, na Rua Maria Antonia, encontrava-me ao lado de Aziz Simão, um belíssimo colega, infelizmente falecido.

Um segundo episódio relaciona-se com este pavimento mesmo, onde nos encontramos no momento, numa época em que a Reitoria da Universidade estava aqui instalada. Junto ao Gabinete do Magnífico Reitor realizava-se a eleição do representante dos alunos junto ao Conselho Universitário. Tratava-se de um episódio, entre muitos outros, de uma contínua luta em favor de maior participação dos estudantes na condução dos destinos da Universidade. Lutava-se continuamente, e alguma coisa mudava, pouco e lentamente, é verdade, porém alguma coisa mudava, e as mudanças constituíam estímulos para novas mudanças. Naquele tempo elegia-se um só representante dos alunos de toda a Universidade, e respectivo suplente,

junto ao Conselho Universitário. Naquela ocasião tive a satisfação de ser eleito na condição de suplente do representante e por vários meses, substituindo o titular, representei os alunos da Universidade junto ao Conselho Universitário. Muitos anos depois retornei ao Conselho Universitário na condição de representante da Congregação da Faculdade de Filosofia. Por ocasião desta nova experiência tive oportunidade de perceber que existiam diferenças não descuráveis nas formas e possibilidades de participação, porém esse é outro problema e não é esta ocasião para tratá-lo.

Mas vamos a um terceiro episódio. Trata-se agora de recordar que não nesta cadeira, nem nesta mesa, mas neste lugar, antiga sala da Congregação da Faculdade de Filosofia, no final da década de 1970, estive neste prédio pela última vez, neste mesmo pavimento, presidindo uma Assembléia da Universidade, de professores e estudantes, assembléia de protesto contra a ditadura, numa noite em que da rua vinham insultos, pedras e outras coisas. Foi um momento muito significativo, muito importante para a vida de todos aqueles que participaram daquela manifestação. Na verdade aquele não foi o último dia em que estive presente neste prédio, porque o último foi o dia da batalha, a batalha da Rua Maria Antônia, como ficou conhecida, quando o prédio da Faculdade de Filosofia foi invadido e depredado. Naquele dia, entretanto, não me encontrava neste pavimento, onde vos estou falando agora, encontrava-me lá embaixo.

Bem, o Prof. Dieter lembrou que me caberia falar sobre um tema relacionado com minha tese de Livre-Docência. Ofereço sempre resistência quando se trata de discorrer sobre coisas de certa forma encomendadas. Na verdade não sei se caberia realmente estar me referindo especificamente a essa tese. Talvez coubesse uma observação de natureza mais ampla. Independente da consideração de quantas tendências, direções, posições, a ciência, ou as ciências geográficas

Pasquale Petrone

tenham tomado nesses anos todos, parece-me que alguma coisa deve ter ficado, dando sentido, dando significado à Geografia, justificando a existência de alguma coisa etiquetada de Geografia, refiro-me a sociedade e espaço, à relação sociedade/espaço, relação sociedade e espaço organizado, relação sociedade e espaço habitado por sociedades. Trata-se de relações que num passado não necessariamente muito remoto seriam definidas simplesmente por fenômenos interessando o dualismo homem e meio. Não quero referir-me pura e simplesmente à relação dualista homem-meio.

Não penso, em Geografia, insisto em repetir, a essa relação dualista, da mesma forma que não penso na consideração, em Geografia, do homem isoladamente, nem penso no meio, conjunto de condições físicas, naturais, como se queira considerá-las. Penso o homem-sociedade e penso o meio habitado, e penso o conjunto disso, definido dialeticamente, desta ou daquela forma, não importa; o homem em sociedade ditas primitivas, em grupos tribais contemporâneos, ou não, não importa, em grupos pretéritos ou atuais, ...ou ainda em sociedades ditas tecnicamente evoluídas, de “aldeia global” ou de aldeia não merecedora de qualquer adjetivação. Na verdade não importa também a natureza da “aldeia”.

O que importa, segundo me parece, é um quadro em que condição física é um aspecto do todo. É isto que me parece deva ser considerado importante e que dá sentido às ciências geográficas. Tanto faz se o grupo humano considerado é a sociedade nacional, é a sociedade internacional, é a comunidade da cidade X, ou do bairro Y, ou de qualquer outro tipo de conjunto. O que mais interessa é a natureza de uma relação, que é permanente. Pode mudar a natureza da própria relação, o significado da relação com as mudanças da natureza da sociedade, da natureza das próprias relações, do próprio jogo dialético, e assim por diante.

O que adianta fazer alguma coisa etiquetada de Geografia, se na verdade estar-se-ia num campo que seria o da Geologia, digamos, ou da Estratigrafia, ou ainda da Sedimentologia. Dentro de outra perspectiva os campos seriam, entre vários outros, o da Antropologia Cultural, ou o da Sociologia, da História, ou de qualquer outra coisa, mas não Geografia.

Então, o estudioso que se afirma geógrafo mas que na verdade interessa-se por temática que é sociológica, que faça Sociologia de fato, e não má Sociologia etiquetada de Geografia, que produza Geologia de uma vez, e não má Geologia etiquetada de Geografia ou Geografia Física, ou qualquer outra coisa desse gênero. O fato fundamental que dá sentido a esse campo – Geografia – ou a esse conjunto de campos – Ciências Geográficas – não importando se é válido o primeiro ou segundo caso, é a consideração das relações às quais se fez referência.

Quando frequentei os bancos escolares do Curso de Geografia e História, na Universidade de São Paulo, falava-se muito, quer nas salas de aula, quer nos corredores, de Determinismo Geográfico, de Possibilismo Geográfico, até de Livre-Arbitrio.

Na verdade as atenções concentravam-se na consideração de Possibilismo e Determinismo. E tudo passava a ser extremamente simplificado e esquematizado. Pensava-se em Determinismo e vinha à mente Ratzel, alemão, e suas principais obras, particularmente a sua “Antropogeografia”; pensava-se em Possibilismo e vinha à mente Vidal de La Blache, francês, e sua obra relativa à Geografia Humana. Estávamos na primeira metade ou em meados da década de 1940, portanto em pleno período da Segunda Guerra Mundial.

Tornou-se inevitável a consideração de oposição entre os dois modos de ver a Geografia. Associava-se, de forma decididamente

Pasquale Petrone

simplista, alemães a deterministas e franceses a possibilistas. Associava-se o dualismo simplificador ao momento histórico particular e em consequência aproximava-se o determinismo -considerado especificamente germânico -ao nazismo, ao totalitarismo, e o possibilismo, considerado fundamentalmente francês, à democracia. Dessa forma a consideração do conhecimento tornou-se não mais uma questão científica, mas um problema de trincheiras em função de um momento histórico particular, inclusive a partir de premissas altamente discutíveis, não raro absurdamente desviadas de seus verdadeiros significados. Naquele momento não se tratava mais de fazer ciência - não se tratava de fazer ciência dita desinteressada -mas de fazer ciência caudatária da Política.

Uma das consequências das condições apontadas acima, no âmbito da Universidade e em particular no quadro dos estudantes de Geografia e História, foi a de que as turmas de estudantes posicionaram-se como possibilistas em maioria. Dir-se-ia que naquele momento era politicamente correto definir-se possibilista.

O combate a ser combatido era aquele contra o nazismo e portanto, contra o alemão, contra o Determinismo, contra Ratzel.

Na verdade, ao se contrapor de modo esquemático e antagônico as duas formas, escapava-se do essencial, do fundamental, na prática era como se fossem criados diversivos para que não se enxergassem as coisas como deveriam ser vistas.

A questão na verdade não está no afirmar categoricamente que o caminho é exclusivamente um, ou outro. O problema está em tentar entender, compreender o significado do arranjo espacial pura e simplesmente, não chegando ao ponto de tratar o homem como outro animal qualquer, ou pior ainda, como um vegetal, ou seja, tratar o

homem como mera parte da paisagem, como se fosse parte da paisagem da mesma forma como é parte da paisagem o Pico do Jaraguá ou o conjunto das águas da Baixada Santista. Ele é alguma coisa mais que um vegetal, alguma coisa mais que um animal. Os vegetais relacionam-se entre si como se relacionam entre si os animais, da mesma forma como os homens relacionam-se através de formas específicas de natureza social e outras. Quaisquer que sejam as relações consideradas, de maior ou menor complexidade, com a presença do homem é evidente que não se pode pensar em paisagem sem pensar na consideração da sociedade. Por outro lado, não se pode pensar a sociedade sem a consideração de conflitos de qualquer natureza, o que significa não se pode pensar a paisagem sem a consideração dos conflitos contidos nessa sociedade, e assim sucessivamente.

É evidente que a natureza dos conflitos no Império da China a tempo dos Mings, ou a natureza dos conflitos dos satrapias persas, diferencia-se da natureza dos conflitos da Inglaterra dos fins do século XIX ou daqueles nos Estados Unidos na mesma época, ou ainda dos conflitos atuais em São Paulo ou em qualquer outro lugar. É a natureza dos conflitos que muda, embora exista uma essência, que permanece em todos eles. A mudança da natureza desses conflitos é que implica em formas diferenciadas de organização espacial, embora essas formas diferenciadas impliquem numa presença dessa essência à qual se fez referência.

Nesse sentido é que sempre encarei e encaro a Geografia, os trabalhos e a pesquisa em Geografia. Os exemplos relativos ao Estado de São Paulo para mim tem sido sempre muito ilustrativos a respeito.

Permito-me abrir um parênteses. Tive alunos, inclusive orientandos ao nível de Doutorado, que num certo momento entusiasmaram-se extraordinariamente por um campo que entre outras recebeu

Pasquale Petrone

a etiqueta de Geografia Quantitativa. Uns a denominavam Geografia Quantitativa, outros de Geografia Teorética, além de outras denominações. Houve quem chegou a afirmar que essas atividades de ida ao campo, com a realização de excursões, a Geografia de Campo, na verdade não tinham mais qualquer significado científico. O que realmente deveria importar seria o trabalho de laboratório, o principal instrumento de trabalho sendo o computador. Nessas condições, fenômenos naturais, assim como fenômenos atuais ou pretéritos, interessando por exemplo o território do Estado de São Paulo, deveriam ser considerados e abordados através de dados numéricos, de séries, de correlações e assim sucessivamente. Na verdade pouco importava, ou mesmo não importava, se o objeto de estudo interessava um litoral arenoso ou caracterizado pela presença de manguezais, se estava voltado para um território como a Baixada de Cubatão ou um conjunto de restingas, se interessava escarpas da Serra do Mar onde a vegetação natural está sendo destruída por esta ou aquela razão, ou reversos da Serra.

O que efetivamente importava eram os números, era a manipulação estatística dos fenômenos, considerados em tabelas, em séries, em correlações em um espaço indiferenciado. Tudo via-se basicamente considerado em duas dimensões, em três dimensões se necessário. Tornou-se praticamente indispensável o emprego de instrumentos gráficos auxiliares. Dentro do espaço indiferenciado as condições naturais não raro passaram a ser pura e simplesmente desconsideradas. Na verdade chegava-se, nas condições mais extremas, à negação da Geografia. Não poucas vezes perguntei-me se na verdade a Geografia não estaria chegando a seu término como ciência ou conjunto de ciências.

O que se estava fazendo, qualquer economista em muitos casos poderia fazer melhor, dado que melhor equipado para este tipo de trabalho.

Agora creio chegado o momento de abordar o tema dos aldeamentos, objeto de minha tese de Livre-Docência.

Quando alguns europeus chegaram pela primeira vez nas terras da baixada onde surgiram Santos e São Vicente, tudo parecia indicar que aí não existiam habitantes. As pessoas que na ocasião depararam com os europeus que desembarcavam não eram habitantes da zona litorânea. Eram pessoas que viviam nas terras do planalto, e tal fato está historicamente comprovado. Para encontrar habitantes no litoral do atual Estado de São Paulo, para aquele tempo, dever-se-ia ir para o Norte, a partir da zona de Bertioga, ou então para o Sul, a partir da zona de Peruíbe. A zona de Santos, tudo indica, constituía um vazio demográfico. Na verdade o que deveria despertar as atenções do europeu que ali desembarcasse era o paredão da Serra do Mar, em certos casos como que chegando até o alinhamento das praias. As caravelas chegavam, avizinham-se da costa, e logo seus tripulantes deparavam com aquele paredão de 700, 750, 800 metros e mais de altitude, dependendo do lugar. Atravessava-se esse paredão, notável referencial morfológico, e geológico, mas também notável referencial botânico, e climático, e chegava-se ao planalto, sempre em meio a densas florestas, e a partir de certo momento adentrava-se por uma relativamente zona ampla de campos.

Acredito que não caiba, neste momento, entrar no mérito da questão se esses campos eram naturais ou extensas clareiras originadas por sucessivas queimadas em longos períodos de tempo. Trata-se de um problema que não cabe discutir aqui. O fato é que aqueles primeiros europeus, que escalaram o paredão da Serra em meio à densa floresta, atingem esses campos. E, fato importante, tais campos revelaram-se relativamente muito habitados. É curioso que o território que o navegante português adentrou junto ao litoral na zona da atual Baixada Santista era relativamente despovoado, ou pouco

Pasquale Petrone

povoado, enquanto as terras do planalto, de serra acima, aquelas que ficaram conhecidas como campos de Piratininga, abrigavam uma população numericamente não descurável, considerado o lugar e a época.

Qual seria a razão do epicentro do povoamento indígena encontrar-se no planalto? Ou melhor, qual a razão que podia fazer o europeu que chegava à nova terra pensar num tipo de povoamento que parecia privilegiar o planalto e praticamente desconsiderar a baixada litorânea? E até que ponto equacionar a questão dessa forma estaria correto? Em muitos livros que no passado foram dedicados ao Brasil a sucessão dos temas invariavelmente implicava a consideração da terra, do relevo, geologia e hidrologia, clima e vegetação, o indígena, o povoamento europeu, ou simplesmente o povoamento. É como se antes da chegada do europeu a terra não tinha sido ainda povoada. O indígena era parte da terra, integrava a terra, fazia parte dos móveis da casa, a exemplo da vegetação, ou da fauna.

Na verdade, no caso da população indígena de Piratininga, tratava-se de gente demograficamente muito dinâmica. Na verdade era gente que se relacionava com o atual Paraguai, com terras do atual Mato Grosso e outros territórios. Relacionava-se também com o litoral, e mais que isso, sob certos aspectos era gente que habitava também o litoral. Verificava-se com a população indígena de Piratininga uma espécie de curiosa transumância, na medida em que nos meses do meio do ano deslocava-se para o litoral onde praticava a pesca. Na verdade, planalto -litoral constituíam no seu conjunto a área de subsistência dessa população indígena. Habitavam no planalto, porém utilizavam o litoral numa parte do ano. Na verdade habitavam o conjunto todo. Julgar que apenas uma parte do conjunto era habitada, e utilizada, seria o mesmo que em uma zona agrária qualquer com atividade de utilização do solo ligadas a técnicas de rotação de solo

primitiva julgar que somente aquela parte onde aparece o milho, ou a mandioca, é que é objeto de cultura, e que somente essas seriam parcelas de produção, esquecendo-se que aquela parcela somente pode ser cultivada porque ficaram outras parcelas com capoeiras em estágios diversos de desenvolvimento que serão utilizadas em outros momentos.

No caso, a área de produção não é apenas a parcela objeto de cultivo naquele momento, mas o conjunto das parcelas, somadas às que estão cultivadas e àquelas em pousio, ocupadas por capoeiras em diferentes estágios de desenvolvimento. É evidente que no caso a idéia de produtividade não pode relacionar-se apenas com esta ou aquela parcela, mas com o conjunto todo. No caso da população indígena que habitava os campos de Piratininga verificava-se a possibilidade de subsistência porque, embora habitantes do planalto, gozavam de um quintal com possibilidades formidáveis de pesca no mar. O quadro das atividades de subsistência via-se completo pelas possibilidades oferecidas pela pesca nos rios do próprio planalto, Tietê, Pinheiros, Tamanduateí.

O conjunto da área de subsistência tinha na denominada trilha dos Tupiniquim o instrumento fundamental de vida das relações, e portanto de união. A trilha unia a Baixada aos campos de Piratininga onde, no dizer dos jesuítas, encontravam-se as portas do sertão.

Ao se referirem às portas do sertão, aqueles jesuítas demonstravam uma visão geográfica extraordinária, poder-se-ia dizer, uma extraordinária visão geopolítica. Em pleno século XVI jesuítas como o padre Manuel da Nóbrega, muito antes que Raposo Tavares, Fernão Dias Paes, Anhanguera e outros penetrassem o continente todo, perceberam o significado da posição dos campos de Piratininga. As portas do sertão são percebidas na altura da Baixada Santista e dos Cam-

Pasquale Petrone

pos de Piratininga. Porque aí, e não onde se encontra Taubaté, ou onde se encontra Curitiba, porque não em outra parte do território? Caio Prado Junior, historiador e sociólogo, e geógrafo, um dos criadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros e um dos responsáveis pela primeira revista de Geografia científica do país, a revista "Geografia", de 1934, escreveu um trabalho sobre a posição geográfica de São Paulo mostrando o porquê das portas do sertão. Caio Prado mostra como a presença do vale do Paraíba implicou no aproveitamento de um caminho natural de penetração, como uma garganta na Serra da Mantiqueira permitiu a penetração para as terras de Minas, como um curso d'água, o Tietê, que por capricho da natureza ao invés de correr diretamente para o mar, vai para o interior, oferecendo-se como caminho natural para o Oeste, e mais, mostra como para o Sul, uma topografia de ondulações leves, de espigões mais ou menos acentuados, e com importante sucessão de cerrados, campos, breves manchas de matas, outros campos, no conjunto definia-se como outro instrumento de penetração. Caio Prado mostra de forma muito clara como as condições físicas tiveram um significado não descúrável no processo de apropriação territorial. É muito interessante o fato de que dentro das condições acenadas, em quase todos os casos, o pré-cabralino, ou o pré-colombiano, como se queira dizer, já tinha suas picadas, já tinha seus "caminhos". É claro que não foi o português a criar as primeiras trilhas no vale do Paraíba. Foi o indígena. Não foi o português o primeiro a penetrar no vale do Tietê, como não foi o português a penetrar pelo Sul por primeiro ou a atingir o território do Paraguai por primeiro. O denominado caminho do Peaberú foi definido em época pré-colombiana, com roteiro criado pelos indígenas. Por esse caminho, seguindo um roteiro inverso, Schmidel atinge Piratininga via estuário do Prata e Paraguai. Na verdade os primeiros e principais eixos de comunicação definem-se a partir de caminhos abertos pelos indígenas, a partir de tênues trilhas de pé-posto. Os roteiros são delineados não raro ao sabor das condições naturais, do

relevo, da topografia, da distribuição dos rios. Evidentemente trata-se de caminhos "primitivos". O europeu que penetra para o interior encontra, por exemplo, as elevações da Serra do Mar de um lado, do outro lado as encostas da Mantiqueira, entre elas o corredor do vale do Paraíba, e a presença do próprio rio. O primitivo caminho define-se a partir desses elementos. Trata-se de roteiros, diretrizes inicialmente aproveitadas e definidas pela população indígena, em seguida pelo europeu. Grosso modo ao longo dos mesmos roteiros definiram-se novos instrumentos de circulação, e dessa forma melhoram as condições de caminhos de tropas entre São Paulo e Rio, chega a Estrada de Ferro Central do Brasil, a estrada São Paulo-Rio, a Via Dutra, e assim sucessivamente. Utiliza-se o mesmo chão.

Agora chegou a vez da duplicação da Via Dutra. Já temos a Rodovia dos Trabalhadores, da mesma forma como já está em pleno funcionamento a Rodovia Carvalho Pinto. Em última análise trata-se sempre grosso modo do mesmo roteiro. E aquela que inicialmente ficou conhecida como trilha dos Tupiniquim? Nos seus primórdios foi uma trilha de pé-posto, pois que utilizada por gente que por ela caminhava a pé e que nela caminhando a mantinha como trilha. Era graças ao pisoteio constante de pessoas que se mantinha. A trilha foi grandemente melhorada pelos jesuítas.

Define-se como caminho do Padre Anchieta, sofre sucessivas embora lentas melhorias, torna-se a Estrada da Maioridade, logo a Calçada do Lorena, o Caminho da Mar, a Via Anchieta, soma a Rodovia dos Imigrantes, antes já compondo-se com a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e, porque não, enriquecendo-se com a construção do oleoduto de Cubatão. No conjunto trata-se sempre de comunicação e transporte. É comunicação para aquele que subia ou descia a Serra pelas trilhas de pé-posto, é transporte para todos quantos carregavam pesos nas próprias costas, era comunicação e transporte para aqueles

Pasquale Petrone

que conduziam tropas no século XIX, é comunicação e transporte para os que utilizam a Via Anchieta ou a Rodovia do Imigrantes, é transporte no sistema em que se bombeia o petróleo, ou derivados do petróleo através do oleoduto que une litoral e planalto. No conjunto trata-se de um formidável feixe de instrumentos de comunicação e transporte. A razão que conduziu à definição desse feixe foi sempre a mesma, a necessidade de relacionar um importante ponto de atracação, no litoral da Baixada Santista, com um significativo e estratégico ponto de irradiação de caminhos no planalto, nos Campos de Piratininga. E sempre em função da presença da Baixada e do Planalto, e da escarpa da Serra do Mar entre os dois elementos.

Antes da chegada do europeu o epicentro do povoamento desta parte do continente era o planalto. No planalto localizavam-se as principais aldeias indígenas e nele vivia a maior parte da população. O litoral era zona de complementação no conjunto da área de subsistência, como já se disse, lá o indígena ia pescar.

Com a presença do povoador europeu o epicentro do povoamento no planalto, em particular no Campo, na verdade continuou a existir, a ele acrescentando-se, entretanto, um novo elemento no conjunto dos instrumentos da vida de relações, desta vez de natureza transoceânica. Por outro lado, modificou-se o significado desse epicentro. Enriqueceram-se e tornaram-se sempre mais complexas as relações entre planalto e litoral, entre o binômio planalto-litoral e o exterior pelo mar, ou entre esse binômio e as terras do continente. Naturalmente enriqueceram-se os instrumentos empregados na alimentação dessas relações, de modo significativo enriqueceram-se os instrumentos técnicos. Cabe claro que o instrumental que se enriquece na verdade continua servindo a um mesmo quadro, a uma sistemática presença de algo que já existia, digamos, no século XV, antes mesmo da chegada dos primeiros europeus, que continuou existindo

a seguir, e que existe ainda no atual século XX, apenas (re)avaliado, (re)utilizado, (re)aproveitado, através de novos e diferenciados recursos técnicos.

Consideradas as observações apresentadas acima, e dentro de uma perspectiva histórica, a importância, o significado dos Campos de Piratininga no século XVI, é como a importância e o significado da metrópole paulistana no século XX.

Á presença da grande metrópole, centro de indústrias e comércio, grande centro de serviços, corresponde também uma grande periferia. O que é esta periferia de São Paulo? O que é este conjunto de "vilas", ou de "jardins"? Salvo algumas exceções, e no conjunto não são muito numerosas, a periferia da cidade de São Paulo constitui-se num terrível cinturão de pobreza, e sem a dignidade que às vezes mesmo a pobreza pode apresentar.

Qual é a função desse cinturão que envolve São Paulo dispondo-se num raio de 40, 50, 60 e mais kms., dependendo da direção que se considere? Tratar-se-ia, como o definem muitos, de um cinturão de especulação imobiliária, mas fundamentalmente, um cinturão que se confunde com uma faixa de pobreza. No conjunto talvez fosse mais apropriado referir-se a um cinturão de pousio social.

Qual é a diferença entre esse cinturão e o cinturão caipira definido nos arredores da cidade de São Paulo no século XIX? São muitas as diferenças, fundamentalmente de natureza cultural, assim como na bagagem de vida material e espiritual. Porém convém ter em mente que ao lado das aparências das diferenças torna-se possível aproximar os dois casos de modo extremamente significativo. O cinturão caipira em torno da São Paulo servia à cidade numa época em que São Paulo tinha uma função que era a de redistribuição do café, e

Pasquale Petrone

antes do açúcar, assim como hoje é distribuidora ou redistribuidora de “n” outras coisas. Momentos diferentes, aparelhamento técnico diferente. Essencialmente, qual a diferença entre as condições de pousio social, o cinturão caipira do século XIX e o cinturão de aldeamentos dos séculos XVI, XVII e XVIII? No conjunto da dinâmica das formas de arranjo espacial no planalto paulistano não parece existirem diferenças essenciais, embora as aparências forneçam uma idéia de grande diversidade nos aspectos materiais.

Os aldeamentos também serviam a São Paulo, centro que tinha outras funções que não as atuais, que naturalmente vivia graças a outras atividades, diria graças a outros “produtos”. Em uma época o “produto” poderia ser o próprio indígena, noutra época o “produto” poderia ser o açúcar, noutra poderia ter sido o café, assim como em tempos bem mais recentes o “produto” a ser considerado pode ser o Real, ou seja, a moeda, o capital. Aparências são de coisas materialmente muito diferentes.

Porém o significado dos processos em última análise é muito semelhante, e a semelhança de significados é que fornece uma idéia de continuidade e, sob certos aspectos, de permanência. Considerada importante, e aceita a idéia de continuidade, torna-se possível pensar, por exemplo, um processo como o planejamento. Isso tendo em vista que as condições concretas constituem o fruto de processos passados que guardam muitas semelhanças com o que se verifica agora.

Veja-se, a propósito, o caso da Serra do Mar. Dentro de uma perspectiva histórica seria possível ver na Serra do Mar, e na Mata Atlântica que a encobre, assim como nas condições meteorológicas que são próprias dessa parte do atual Estado de São Paulo, aspectos que sempre tiveram um significado muito particular ao longo do tempo, com inequívoco sentido de permanência.

Dentro dessa perspectiva, considerada a permanência de determinados significados, e sua importância num processo contínuo de planejamento, talvez não se teria, na escarpa da Serra, a presença das ocupações das cotas x ou y. Isso porque na prática teríamos o que em uma reunião de arquitetos e urbanistas denominei de cidade alta e cidade baixa. Denominei a zona de Santos, na Baixada, de cidade baixa, e a de São Paulo, no planalto, de cidade alta. Sem a intenção de identificar os dois casos, veio-me à mente Salvador, mas uma macro Salvador, e que tenderá a tornar-se ainda bem maior. Na verdade, a consideração desse enorme conjunto compreendendo planalto e baixada leva a se pensar que a faixa da Serra do Mar, com sua vegetação florestal, é uma área verde relativamente pequena.

É dentro do sentido de permanência de determinadas condições essenciais é que em determinado momento pensei estudar os aldeamentos indígenas do passado paulista. Isto porque via os aldeamentos como elementos integrantes de momentos de um contínuo processo de apropriação territorial, que apesar de apresentar-se com formas diferentes, processava-se entretanto dentro das mesmas direções, dentro dos mesmos parâmetros, dentro do mesmo significado, não se devendo estranhar, em consequência, que do indígena se passasse para o caboclo, do caboclo para o imigrante, português, alemão, italiano e outros, e para a definição das chácaras da periferia de São Paulo, e desses imigrantes, europeus ou não, se passou para o nordeste, baiano ou não-baiano, que passou a criar e habitar as “vilas das belezas” dos arredores metropolitanos. É como se verificasse a permanência de determinados fenômenos. É como se o nordestino, naturalmente com outras vestimentas culturais, estivesse reencarnando o guarú, ou o carijó trazidos dos sertões de Mato Grosso para o aldeamentos. No conjunto parece-me haver uma identidade entre esses fatos. Poder-se-ia lembrar que uns foram preados, enquanto os outros não, e efetivamente foi assim. Entretanto, creio que as diferenças

Pasquale Petrone

passam a parecer menos acentuadas quando analisadas as condições de um e outro fenômeno à luz da época em que se verificaram, e de suas características.

Os indígenas apresados foram descidos dos sertões. Os nordestinos não teriam sido descidos como os pau-de-arara para o Sul, especialmente para São Paulo? Em que condições os nordestinos viajaram do Nordeste para São Paulo? De qualquer forma não parece fácil aproximar fenômenos tão distantes no tempo e, aparentemente, tão diferentes. E não parece ser este o lugar e o momento para discutir a questão. Permito-me passar para outro tópico.

Tempos atrás tive a oportunidade de ser entrevistado para a Revista do Instituto de Altos Estudos da USP. Na ocasião perguntaram-me o que recomendaria em matéria de postura frente à pesquisa, quer à pesquisa em Geografia, quer à pesquisa científica em geral. A resposta que considerei oportuna foi extremamente simples. Em primeiro lugar, ter dúvidas, sempre, sempre duvidar do que aparentemente é absolutamente certo. Ciência não é ideologia, ou não deveria confundir-se com ideologia, embora a ideologia possa utilizar-se da ciência. Ciência não é religião, que é fruto de uma posição de fé, é dogmático: acredito, ponto e basta. Ciência não pode progredir na ausência de dúvidas, em termos absolutos a verdade é inatingível, é possível que se chegue àquilo que se acredita ser uma verdade, normalmente modesta e parcial, mas a dúvida é alguma coisa que persiste sempre. Acredito não existir progresso em ciência quando se aceita a idéia de verdade absoluta, quer dizer, quando se pensa ter atingido a verdade de uma vez. É preciso sempre ter em mente que a qualquer instante, tudo aquilo que num momento dado, dentro de circunstâncias específicas, posso considerar correto, no fundo possa estar totalmente errado na medida em que novos argumentos puderem me demonstrar justamente que não estava certo. Acreditando estar

correto, e portanto ter encontrado a verdade, então não haverá necessidade de procurar mais.

Para que continuar pesquisando se a verdade já foi encontrada? Voltando ao que já foi afirmado antes, progredir em ciência significa partir sempre da dúvida. Conseqüentemente, progredir em ciências significa não aceitar passivamente etiquetas que não raro depois de aceitas não são mais discutidas.

Por isso mesmo é que, em Geografia, recusei-me sempre a aceitar etiquetas como Determinismo ou Possibilismo; e é por isso mesmo que em nenhum momento julguei correto identificar-me com determinadas correntes, teóricas, quantitativas, estruturalistas, qualquer que fosse. Por isso mesmo sempre procurei encarar com muita cautela a utilização da obra de Marx no campo da Geografia. A realidade das atividades de pesquisa tem possibilitado a observação de muitas direções, e interpretações diferentes. Daí julgar importante a não aceitação passiva de qualquer diretriz, não enquadrar-se de modo mais ou menos definitivo, de modo a sempre deixar portas abertas para o novo. Considero importante trabalhar naquilo que se acredita, enquanto aquilo em que se acredita continuar demonstrando merecer a crença. Creio que esse deve ser o comportamento do professor, e do cientista. Quero encerrar estas considerações lembrando que na condição de professor devo considerar minha atividade docente, e de pesquisador, satisfatoriamente realizadas quando os estudantes progredem, quando crescem, principalmente quando esses estudantes venham a acrescentar alguma coisa a mais do que aquele pouco que o professor pôde acrescentar no passado, porque dessa forma aprofunde-se o conhecimento.

